

DO RÁDIO AO PODCAST: COMO A COMUNICAÇÃO INDEPENDENTE POTENCIALIZA A DEFESA DO BIOMA AMAZÔNICO SOB A ÓTICA DAS ELEIÇÕES

Sofia Oliveira LIRA¹

Ana Karoline BARBOSA²

RESUMO

Durante o período de eleições, muitos olhos nacionais e internacionais se voltam ao bioma amazônico e muito se discute sobre o seu futuro, neste trabalho buscamos investigar o que os moradores da região da Amazônia Legal estavam pensando. Para tal, pesquisamos produções independentes, e a partir da análise metodológica de Bardin (2002) trabalhamos a análise de conteúdo de podcasts selecionados. Abordamos conceitos de política a partir de resistências diárias e exploramos a história dessa resistência produzida desde o rádio até o podcast e suas diferenças sociais e geográficas.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia Legal; podcast; comunicação popular.

¹ Publicitária formada pela Faculdade Estácio do Pará – E-mail: sofiaoliveiralira@gmail.com

² Orientadora do trabalho. Publicitária (Estácio do Pará), Especialista em Novas Mídias (Estácio), Mestra em Comunicação (UFPA). Doutoranda bolsista CAPES no Programa de pós graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Email: pesquisadora.karolbarbosa@gmail.com

INTRODUÇÃO

O rádio se tornou centenário no Brasil (Prata,2022), essa inovação que levou conexão entre as pessoas até as zonas mais afastadas das grandes cidades. Histórias foram criadas e contadas, notícias foram recebidas de longe e de perto e mesmo com o avanço de outros meios de comunicação o rádio permanece se atualizando em novos formatos físicos, temáticos e principalmente absorvendo outros meios dentro de si.

Trazendo a uma de suas novas aparições, temos o podcast, que foi criado em meados de 2004 como uma forma de “guardar” programas de rádio na internet (Medeiros, 2005). Com a mudança de paradigmas desde o rádio até o podcast, sua posição está inserida principalmente nas plataformas de *streaming*³. Mas, sua existência e expansão se deve ao processo simplificado para a criação de podcasts. Dessa forma, assim como o rádio pode ser ouvido nos locais mais remotos, o podcast traz consigo a concepção de que o fazer rádio e o fazer ser ouvido também pode vir dos mais diversos locais.

Durante a pandemia houve um crescimento exponencial no número de novos ouvintes e produtores de podcast, tornando o Brasil, em 2022, o terceiro maior ouvinte de podcast no mundo, destaca se ainda a contribuição dada pelo veículo rádio, ao criar podcasts para ampliar sua audiência em novas plataformas e junto a novos públicos (Araújo; Amorim, 2021). Dentre os mais diversos assuntos, novos meios informativos foram (re)criados, neste trabalho vamos analisar como podcasts independentes abordam de diferente formatos, o período de pré-eleição, buscamos verificar a partir de sua construção política como essas produções localizadas de forma predominante nas regiões da Amazônia legal se manifestaram em relação à temática proposta sendo um momento de grandes reflexões sobre as ações do governo que ainda estava em gestão, nesse caso o até então governo de Jair Bolsonaro pleiteando uma possível reeleição. Assim como novas figuras que se destacaram nos debates presidenciais como Simone Tebet, hoje atual Ministra do Planejamento e Orçamento, e ainda o reeleito Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Portanto trabalhamos com a hipótese que durante o período eleitoral de 2022, podcasts independentes voltaram suas temáticas para como foram as antigas gestões de alguns candidatos, também seu desenvolvimento nos debates e principalmente suas propostas em

³ Streaming é a tecnologia de transmissão de dados pela internet, principalmente áudio e vídeo, sem a necessidade de baixar o conteúdo.

diversas frentes como segurança, saúde e meio ambiente. Dentre esses, decidimos trabalhar podcasts que tratavam sobre o último assunto, sendo a importância do bioma amazônico se relacionando a questões de como o voto nas referidas eleições significaria políticas públicas e leis que subsidiam à preservação, agregando a saúde e respeito dos povos originários e dificultam situações como garimpo ilegal.

Tendo em vista, os olhares nacionais e internacionais que se voltaram para as propostas apresentadas pelos candidatos que disputaram a corrida pela presidência do Brasil, nesse trabalho buscamos a partir da metodologia de Bardin (2002), analisar em três fases principais sete podcasts. Em primeiro lugar, partimos para leitura flutuante de materiais sobre a temática que envolviam os assuntos sobre Amazônia, preservação, eleições e comunicação popular fazendo sua pré análise, organizamos os materiais e fazer sua seleção separando em categorias, levando em conta a recorrência das temáticas abordadas e os principais elementos que nortearam a organização dos conteúdos. E por fim, a partir da análise dos dados e conteúdo que coletamos durante a pesquisa, abordarmos conceitos relacionados ao bioma Amazônico sob uma perspectiva voltada para preservação, utilizamos a pesquisadora Clarissa Rayol (2021), que compõe a temática sobre importância da preservação e reconhecimento dos direitos dos povos originários se alinhando com a pesquisa e colocando em protagonismo os movimentos de mobilizações sociais realizadas pelos principais atores desse ambiente.

A partir da ótica da atualização de conceitos relacionados a comunicação popular, alternativa e comunitária, Cicília Peruzzo (2006) trouxe sua contribuição na pesquisa, mostrando que apesar de ter cedido espaço para o lúdico, a cultura e o divertimento a comunicação popular não abandonou suas origens combativa, sendo produzida pelo povo e o mantendo como protagonista das transformações contra as estruturas opressivas.

Trazendo esse contexto de resistência própria da comunicação popular agregamos Roseane Steinbrenner (2017), cuja pesquisa une os principais pontos que norteiam nossa pesquisa com o recorte em suas pesquisas sobre rádios comunitárias na região da Amazônia Legal e investigando como o papel dessas rádios age em relação ao desenvolvimento sustentável e ao empoderamento desses grupos locais nas decisões que afetam seu bem-estar.

Assim como, Luis Felipe Miguel (2018) contribuiu com seu conceito de resistências cotidianas. Partindo das relações de poder estabelecidas e os objetos de pesquisa sendo podcasts independente, iremos observar como é tratada as temáticas que acontecem em seu próprio ambiente e é comunicada para seus pares.

E concluímos a construção teórica utilizado Manuel Castells (2017) com a ideia de

movimentos sociais em rede, e como esses podcasts sendo de áreas diferentes também se comunicam entre si e trazem essa resistência e organização do podcast para o cotidiano e a vida comum, conseguindo mobilizar essa resistência para agir em conjunto.

Para tal, partimos da construção da comunicação (re)produzida nos meios selecionados observando seus pontos de convergências e divergências para em primeiro lugar entendermos como o rádio e o podcast se relacionam, observando como o podcast sofreu influências diretas do rádio, mas tem continuamente sofrido atualizações. Utilizamos o viés das rádios comunitárias com foco na comunicação popular e como o podcast potencializou a produção de conteúdo independentes alcançando públicos para além das estações AM/FM.

BREVE HISTÓRIA SOBRE COMUNICAÇÃO E RESISTÊNCIA

A comunicação sempre se deu como estratégia de articulação para uma ação e foi considerada parte de um processo darwiniano de retenção seletiva (culturalmente transmitidas) favoráveis sendo adquirida a partir de outros membros de sua espécie através de ensinamento, imitação e outras formas de transmissão social (Boyd; Richerson, 1985 *apud* Boyd; Richerson, 2010). Dessa forma, a linguagem se transformou em um traço pelo qual as sociedades evoluem como já apontava o naturalista Charles Darwin sobre as similaridades entre a evolução das espécies e a evolução das línguas (Jubran, 2012).

Para tal, fazemos a análise do desenvolvimento da comunicação produzida no rádio, sendo primeiro uma comunicação de um para muitos onde as grandes emissoras ditavam as programações a qual os indivíduos acompanhariam e entendendo suas capilaridades de programações que buscavam em sua “era de ouro” principalmente o divertimento. E seus primeiros passos para então evolução darwiniana teria nascido nas comunidades predominantemente periféricas do Brasil, como na região da Amazônia Legal, onde se buscou personalizar os conteúdos de acordo com a região, tendo em vista as longas distâncias entre as comunidades, assim como o tipo de linguagem e seus objetivos.

Produzido por uma comunicação popular, criada pelo povo e para o povo encontrou com o passar dos anos novas plataformas como podcast e trouxe sua postura combativa e de resistência onde a comunicação se adequou de todos para todos e sua descentralidade em união a seus objetivos a tornou uma grande rede de articulação para o fazer político.

FAZER SE OUVIR E ESCUTAR ALÉM DA PRÓPRIA VOZ: DO RÁDIO AO PODCAST

O período de 1940 a 1950 ficou conhecido no Brasil como a “Era do rádio”, quando as transmissões radiofônicas brasileiras ganharam alcance internacional e as grandes emissoras de rádio mantinham enormes estruturas artísticas e administrativas irradiando seus programas para todo o país (Calabre, 2003). Uma de suas principais características para conquistar o público até hoje é que mesmo sendo uma comunicação de massa, sua presença intimista e sua programação diária e ao vivo, permite ao ouvinte criar uma rotina e proximidade do locutor ou artista, além de, durante muitos anos trabalhar a imaginação do público com suas programações como por exemplo as famosas radionovelas.

Enquanto isso, nas regiões mais diversas do Brasil ou como utiliza Beltrão (2001) esse foi um período de “dois brasis” onde a dicotomia entre cultura popular e cultura dita erudita eram bem-marcadas. Dessa forma, no mesmo período também se faziam presentes as rádios comunitárias que para o autor seriam os primeiros movimentos “contra” a mídia de massa que em sua perspectiva era mediada por líderes de opinião que filtram as mensagens segundo os padrões consensuados nos grupos primários.

Partindo da mudança de concepção trazida pela internet e as novas mídias a linha entre os produtores e consumidores de conteúdo se estreitou, assim como a descentralização na aquisição de informação e a noção de tempo em que esse “telespectador” encontrará essa informação lhe permitindo maior autonomia e possibilitando um novo olhar sobre o mesmo assunto, interagindo enviando críticas, sugestões, opiniões ou como cita Dominique Wolton (1999) as novas tecnologias permitem um fluxo diferenciado de todos para todos, permitindo criar relações sociais na rede que criam comunidades articuladas sobre os mesmo valores.

Valores herdados da comunicação popular que se desenvolveu nas rádios comunitárias da época entre 1970 e 1980, tendo seu viés originado nos movimentos sociais e produzidos artesanalmente essa comunicação acontecia como uma forma de expressão dos segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política (Peruzzo, 2006).

Numa conjuntura em que vinha à tona a insatisfação decorrente das precárias condições de existência de uma grande maioria e das restrições à liberdade de expressão pelos meios massivos, criaram-se instrumentos ‘alternativos’

dos setores populares, não sujeitos ao controle governamental ou empresarial direto. Era uma comunicação vinculada à prática de movimentos coletivos, retratando momentos de um processo democrático inerente aos tipos, às formas e aos conteúdos dos veículos, diferentes daqueles da estrutura então dominante, da chamada ‘grande imprensa’. Nesse patamar, a ‘nova’ comunicação representou um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações, exteriorizado sobretudo em pequenos jornais, boletins, alto-falantes, teatro, folhetos, volantes, vídeos, audiovisuais, faixas, cartazes, pôsteres, cartilhas etc. (Peruzzo, 2004 *apud* Koslinski, 2016)

Quando Peruzzo revisita seus conceitos sobre comunicação popular e os atualiza nos dizendo que a comunicação popular moderna ampliou seu alcance e assumiu novos meios de comunicação e outros formatos mesmo sem abandonar sua origem combativa encontramos os podcasts sendo um meio alternativo ao rádio, aos que iremos analisar mais a frente sendo produzido de maneira independente, mas trabalhando em um formato massivo. No entanto nascidos a partir de movimentos coletivos, com objetivos de instigar uma discussão, informal ou como meio de organização política a comunicação popular e comunitária se reinventa e reivindica transformações ou nas palavras de Manuel Castells (2005) a sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias. Além disso, as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais da própria tecnologia.

DA ORIGEM A DEFESA DA VIDA: AMAZÔNIA EM PAUTA

Ao decorrer das décadas o conceito sobre comunidade foi sendo atualizado, para nossa discussão vamos trabalhar com a definição de Buber (1987 *apud* Peruzzo, 2006), conseguimos pensar nas comunidades originárias, os povos indígenas, ligados intimamente entre si pela língua, religião e principalmente pela localidade em que habitam e pela natureza sendo,

uma grande associação humana só pode ser denominada comunidade quando for formada por pequenas comunidades vivas, por organismos celulares fortes em coexistência sem mediação, que entram em relação direta e vital, uns com os outros, como seus membros o fazem, e que se unem em vista desta associação igualmente de modo direto e vital. [...] Urge libertar a verdadeira vida entre os homens. É imperativo o renascimento da comunidade, da comunidade da vila, da cooperativa, do companheirismo, da união religiosa (Buber, 1987, *apud* Peruzzo, 2006)

Assim como o conceito, esses povos também se atualizaram e reinventaram ainda seguindo seus valores, mas encontrando novos desafios e utilizando novas ferramentas que favoreçam políticas públicas através de ações em que seu protagonismo dá luz a embates discursivos que propiciem desenvolvimento para a região em que residem. Se tratando da região amazônica com características ímpares em relação a riqueza de sua biodiversidade, amplitude de sua extensão, mega diversa étnica e culturalmente enquanto sua herança pelo histórico de isolamento e exploração faz com seus indicadores sociais sejam muito baixos e seja nutrida ainda hoje uma visão movida por interesse externos, nacionais e internacionais. (Steinbrenner, 2017).

Para esse trabalho vamos levar em consideração a região da Amazônia Legal, conceito que foi desenvolvido exatamente por conta da mudança de paradigma na explicação das desigualdades regionais, passando a prevalecer as causas de natureza cultural (Silva; Raven, 2015)

A Amazônia Legal, definida por critérios administrativos para fins de planejamento nos anos 1950 (Lei 1.806/53), e adotada como referência neste estudo, inclui os sete estados da região Norte e mais o estado de Mato Grosso e parte do Maranhão (a oeste do Meridiano 44), com uma área total de 5,2 milhões de quilômetros quadrados, o que representa cerca de 60% do território nacional, onde vive uma população aproximada de 22 milhões de habitantes num total de 772 municípios (13,83% do total dos municípios brasileiros). (Steinbrenner, 2017).

Partindo desse contexto sobre sua extensão, diversidade cultural e como elas se correlacionam principalmente pelas comunidades originárias que habitam os municípios da região da Amazônia Legal. Vamos verificar a partir dos estudos de Roseane Steinbrenner (2017) e Clarissa Rayol (2021) como as rádios comunitárias e outras tecnologias auxiliam no desenvolvimento social e sustentável tendo em vista

ao avanço do desmatamento ligado às políticas de desenvolvimento na região, tais como especulação de terra ao longo das estradas, crescimento das cidades, aumento dramático da pecuária bovina, exploração madeireira e agricultura familiar (mais recentemente a agricultura mecanizada), principalmente ligada ao cultivo da soja e algodão (Fearnside, 2003. Alencar *et al.*, 2004. Laurance *et al.*, 2004).

Advindo de diversos meios causadores, seus impactos também se estendem entre ameaças a extinção de espécies de animais, destruição do solo e o que iremos tratar mais

especificamente as mudanças climáticas. Para tal, vale salientar os esforços internacionais em busca de unir forças em prol de diminuir os impactos globais, desde a primeira conferência da ONU sobre o meio ambiente, realizada em Estocolmo no ano de 1972, que possibilitou a tomada de consciência sobre os desafios no campo ecológico (Pressler, 2012; Costa, 2016).

Em 1992, o Brasil recebeu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, onde 116 representantes das nações convergiram para a criação da Conferência Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. A Eco-92 também foi marcante, por receber a presença de povos indígenas mobilizados para fazer reivindicações acerca do papel das populações indígenas e suas comunidades e foram reconhecidos através da redação de um capítulo específico no primeiro dia da conferência. Observamos através da pesquisa a importância das áreas indígenas e os territórios demarcados para a preservação e diminuição do desmatamento tendo em vista os resultados positivos da Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, como as possibilidades de qualificação das reivindicações fundiárias, as melhorias nos processos relacionados à saúde e educação, a implementação de alternativas de geração de renda para a comunidade, assim como a expressão do protagonismo e autonomia dos povos indígenas (Rayol, 2021)

Dessa forma, entendemos que desenvolvimento não reside em dons naturais, na acumulação de riqueza, nem mesmo nas capacidades humanas, mas nas instituições, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos grupos sociais (Silva; Ravena, 2015). Portanto, o instrumento da comunicação popular fortalece o espaço de resistência e consequente empoderamento de grupos locais nas decisões que afetem seu bem-estar (Steinbrenner, 2017) podendo, a partir da mobilização coletiva alterar as estruturas de poder.

POLÍTICAS DO COTIDIANO E SUAS ARTICULAÇÕES

Segundo Luis Felipe Miguel (2017), a dominação molda o dia a dia das sociedades humanas, e isso acontece devido a ordem produzida pela ação dos dominados que cumprem seus papéis exigidos, enquanto as manifestações de inconformidade apesar de existirem não se tornam reais ameaças sobre a dominação ou exigem esforços grandiosos para sua contenção. As rádios comunitárias assumiram o papel de vanguarda envolvida de forma ativa, consciente e direta na luta política impedindo a adesão robusta dos dominados aos valores hegemônicos sendo um importante ato político criador e suscitador que promoveu

movimentação e agitação tomando como base sua realidade (Gramsci *apud* Miguel, 2017). No entanto seu auxílio em relação ao alcance dessa insatisfação era menor, chegando a no máximo alguns municípios próximos, tendo em vista que apenas um pequeno estrato de pessoas conseguiria estar ciente das atividades por exemplo ilegais, tornando também o processo de união entre as pessoas que possuíam objetivos em comum fosse mais demorado ou dividido em diversos polos o que acaba individualizando a luta que é coletiva.

Enquanto que levando em consideração o estudo de Rayol (2021), o uso das novas tecnologias como o aplicativo clima tempo concebido pelo IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) junto ao Instituto Raoni, Conselho Indígena de Roraima (CIR) e Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Arariboia (CCOCALITIA) em congruência aos povos indígenas é um processo de comunicação onde mediados por seu uso conseguem fazer a melhor gestão das terras demarcadas possibilitando o alinhamento entre todas as comunidades que possuem seu acesso avisando sobre queimadas, áreas que precisam de manutenção e verificar por meio dele quais os impactos imediatos e se articular para conter avanços de desmatamento e ações ilegais.

Quando chegamos ao podcast, as evoluções que funcionaram como potências mobilizadoras se transformam em heranças evolutivas que aplicadas a essa mídia viabilizam as produções independentes e a potencializa para o alcance global (Primo, 2005 *apud* Vanassi, 2007), permitindo a criação de comunidades em rede e ampliando o conceito de comunidade para o que iremos trabalhar em meio a dezenas de definições,

onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos de tal modo que partilham, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum.[...] O que caracteriza comunidade é que a vida de alguém pode ser totalmente vivida dentro dela. Não se pode viver inteiramente dentro de uma empresa comercial ou de uma igreja; pode-se viver inteiramente dentro de uma tribo ou de uma cidade. O critério básico da comunidade, portanto, está em que todas as relações sociais de alguém podem ser encontradas dentro dela. (Maciver; Page 1973, p.122. *apud* Peruzzo, 2006)

Dessa forma, a partir do advento da internet e a descentralização da comunicação essa plataforma gerou autonomia, onde segundo Castells (2017) aos poucos, centenas depois formaram-se redes de milhares, depois ganharam o apoio de milhões, com suas vozes e sua busca interna de esperança, ultrapassando as ideologias e a publicidade para se conectar com as preocupações reais de pessoas reais na experiência humana real que fora reivindicada.

Para que essas reivindicações sejam possíveis, os atores sociais desafiam o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses (Castells, 2017), no entanto as instituições são formadas por conjunto de regras, normas e valores que circunscrevem as ações humanas (North, 1990. Hodgson; Cicmil, 2006) e a regulação do poder e do equilíbrio da configuração das regras e normas pelas quais o Estado é configurado segundo Castells é a constante interação de poder e contrapoder.

PERCURSO METODOLÓGICO

Desenvolvemos nossa análise a partir dos fundamentos da metodologia de Bardin (2002) sobre análises de conteúdo, para tal, dividimos nosso método em três fases principais. A primeira etapa consistiu na pré-análise, momento em que organizamos o trabalho que foi desenvolvido e dividimos as leituras flutuantes de materiais sobre as temáticas que desejávamos desenvolver sobre os assuntos relacionados ao bioma amazônico, preservação, eleições e comunicação popular. Em seguida, escolhemos os seguintes podcasts a serem analisados:

Quadro 1 – Podcast analisados

Podcasts	Nome dos Episódios	Descrição dos episódios	Quando foi produzido	Duração do Episódio
Amazônia nas urnas	Proposta para o meio ambiente	No 1º episódio, os cenários que especialistas e alguns congressistas estão prevendo a partir das eleições de 2022 no país e seu impacto para a maior floresta tropical do mundo. Esta série de podcasts foi produzida com o apoio do Amazon Rainforest Journalism Fund, em parceria com o Pulitzer Center. Confira mais sobre a série no nosso site JOTA.	Setembro de 2022	30m 4s
Carta Amazônia	Projetos de Lei anti-Amazônia em pauta no Congresso Federal	A oitava edição do podcast discute os Projetos de Lei anti-Amazônia em pauta no Congresso Federal. Um desses exemplos é o PL que prevê a retirada do estado de Mato Grosso da Amazônia Legal. Para entender melhor o assunto, o programa conversa com Herman Oliveira, secretário executivo do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento e Gabrielly Santana, articuladora regional da campanha & quot;Amazônia de Pé.	Setembro de 2022	23m 16 s

Amazônia Ocupada	O futuro da Amazônia em jogo	Longe da Amazônia, da complexidade de seus conflitos e do dia a dia de seus habitantes, o destino da floresta é decidido em reuniões, comissões e tribunais de Brasília. A capital federal é o principal palco político das batalhas pelo futuro da Amazônia e onde o velho modelo de ocupação é continuamente renovado. Mas é também na capital federal que a resistência acontece, e novos modelos econômicos são discutidos.	Setembro de 2022	33m 13 s
Latitude Podcast	Reflexões sobre o índio do buraco	Neste episódio, a Amazônia Latitude entrevista Antenor Vaz, que foi coordenador de políticas para índios de recente contato na Funai, e Marcelo dos Santos, que trabalhou na proteção do chamado índio do buraco, sobre povos indígenas isolados. Último de seu povo, o índio do buraco virou símbolo de resistência e caso de reflexão sobre genocídio, etnocídio e ecocídio.	Setembro de 2022	34m 34 s
Os Yanomamis e o Garimpo Ilegal	Garimpo Ilegal	Impacto socioambiental do garimpo ilegal na Amazônia para comunidades indígenas.	Setembro de 2022	4m 8 s
Copiô, parente!	Vota, parente: A bancada do cocar	A presença de indígenas no Congresso Nacional fortalece a luta e gera mais visibilidade às reais necessidades dos povos originários. Com as eleições de 2022, foi formada a Bancada do Cocar, e duas das maiores representantes do movimento indígena foram eleitas deputadas federais, Célia Xakriabá (PSOL/MG) e Sônia Guajajara (PSOL/SP). Quem são elas? De onde vieram? Qual o seu propósito na política brasileira? Conheça a trajetória e a força dessas mulheres que acreditaram que o Congresso também pertence a elas! Ouça aqui 🗳️ Mande uma mensagem para (61) 99810-8703 e receba o Copiô no seu Whatsapp .:Produção: Ester Cezar, Victória Martins e Oswaldo Braga .:Roteiro: Ester Cezar .:Revisão de roteiro: Oswaldo Braga .:Apresentação: Cristian Wari'u e Ester Cezar .:Edição de áudio: Cristian Wari'u .:Artes para as redes sociais: Cristian Wari'u .:Ficha técnica: Helder Rabelo .: Saiba mais Célia Xakriabá https://www.instagram.com/celia.xakriaba/ Sônia Guajajara https://www.instagram.com/guajajarasonia/	Outubro de 2022	22m 40 s

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Separamos os podcasts levando em consideração, o local de sua origem, nomes dos podcasts e episódios, sua descrição inicial, duração e principalmente nosso recorte temporal de pré-eleição de dois mil e vinte e dois, dessa forma trabalhamos com os meses de outubro e setembro, para que pudéssemos formular nossas hipóteses e objetivos, assim como

referenciação dos índices e elaboração dos indicadores onde preparamos o material para a fase seguinte. Na segunda fase, exploramos os podcasts selecionados e separamos em categorias iniciais, levando em conta a recorrência das temáticas abordadas e os principais elementos que nortearam a organização dos conteúdos. E por fim, em nossa próxima fase, partimos para a análise dos dados e conteúdos coletados a partir da transcrição dos podcasts selecionados e verificamos como essas temáticas se relacionam aos autores propostos anteriormente.

ANÁLISE

Com base na transcrição dos podcasts, começamos a compartimentar e pensar em como dividiríamos nossas categorias a serem analisadas. Em primeiro lugar, separamos os temas de maior relevância que encontramos a partir da primeira leitura dos materiais, em seguida buscamos quais temas apareciam em pelo menos dois podcasts e o número de vezes que foram mencionados ao decorrer dos textos e encontramos os seguintes resultados:

Tabela 1 – Análise de conteúdo

TEMAS	Nº DE PODCASTS	Nº DE VEZES
Amazônia	6	117
Indígenas	6	91
Desmatamento	6	44
Garimpo	3	15
Bancada ruralista	2	12
Mudanças Climáticas	4	10
Eleições	3	9
Resistência	2	9
Marco Temporal	2	8

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Chegamos a nove temas norteadores, mas para nossa análise escolhemos trabalhar com duas grandes vertentes sendo a primeira Amazônia, tendo em vista que em todos os podcasts esse é o tema fundamental, nos casos analisados as temáticas se voltam a questões de

conflitos socioambientais e para tal determinamos como vertente complementar a questão política em duas principais formas, a primeira como elemento ligado à organização do país e a segunda como resistência cotidiana dos protagonistas dos podcasts.

Portanto, iniciaremos com a maior preocupação descrita a partir de diferentes locais de falas e utilizando diferentes abordagens a crescente área desmatada na Amazônia, esse assunto abordado em todos os podcasts analisados foi trazido em 5 deles como entrevistas com pesquisadores e indígenas, tendo os assuntos como principais divisões suas causas, suas consequências e como as eleições que estavam prestes a acontecer poderiam impactar o futuro da floresta e do planeta. Observamos, em primeiro grau, uma das principais causas do desmatamento temos o garimpo ilegal, mencionado quinze vezes em três podcasts diferentes, mas essa mesma atividade criminosa também é responsável por genocídios de diversas comunidades indígenas isoladas. Em seguida, notamos que a principal consequência mencionada dez vezes em quatro podcasts diferentes seriam as alterações climáticas, que já indicam mudanças nas temperaturas do planeta todo.

Trazemos o seguinte questionamento feito no podcast “Amazônia nas urnas”

e você que está me ouvindo. Já parou para pensar se o seu voto daqui a algumas semanas tem a ver com a Amazônia? E com a aproximação do ponto de não retorno? Como é que isso se conecta? Pois é. Está tudo conectado (Herreiro, 2022)

Segundo o mesmo podcast os resultados do ciclo eleitoral de 2022 vão definir como o poder público vai tratar a Amazônia ao longo dos próximos quatro anos, e segundo a história recente do Brasil mostra que as decisões tomadas pelo Governo Federal e o Congresso, são decisivas para o destino da floresta.

Para além dos acontecimentos locados no interior da Amazônia, a história que encontramos contada por nossos podcasts nos mostra onde as causas e consequências são realmente decididas. Observamos entre as narrativas, de maneira geral e enfática que nos últimos quatro anos, de Governo Bolsonaro houve um aumento na degradação da Amazônia e o questionamentos de direitos indígenas já conquistados. Dessa forma, podemos verificar alguns índices informam que o desmatamento da Amazônia é o maior dos últimos 15 anos, segundo o levantamento do IMAZOM, que é o Instituto do Homem e o Meio Ambiente da Amazônia. Enquanto houve apenas três áreas demarcadas destinada à conservação ambiental, sendo a falta de demarcação de terras públicas apontada como uma das causas de

desmatamento dessas áreas, onde por vias ilegais como a grilagem ocorre a posse dessas terras para fins inapropriados. Assim como, parte primordial da Amazônia, temos os indígenas, que não tiveram nenhuma área demarcada, mas que segundo o instituto socioambiental, nos últimos 35 anos, as terras indígenas na Amazônia mantiveram preservadas noventa e cinco por cento das suas áreas de floresta. E o fator se agrava ainda mais com projetos de leis agressivos como o Marco Temporal que consiste em uma ação no Supremo Tribunal Federal que defende que povos indígenas só podem reivindicar terras onde já estavam no dia em que foi promulgada a Constituição Brasileira, ou seja, 5 de outubro de 1988 o que funciona a favor de uma política de expulsão ou realocação de povos indígenas de seus territórios originários.

Diante de tantas questões que se agravaram durante os últimos quatro anos, acompanhamos também como comunidades indígenas, ambientalistas, pesquisadores e interessados no assunto ingressaram em diferentes tipos de articulações de resistência cotidiana e política. O primeiro exemplo que vamos citar é um dos próprios podcasts analisados, produzido em Belém do Pará, o “Carta Amazônia”, em seu episódio oito, escolhido para nossa análise, assume o modelo de comunicação popular que mencionamos a partir de Peruzzo (2006), apresentando novos modelos como o de entrevista, utilizando sons regionais e animados, no modelo de entrevistas, mas trazendo um conteúdo combativo de resistência e oposição ao governo. No referido podcast, é tratado sobre a PL que previa a retirada do estado de Mato Grosso da Amazônia Legal e o primeiro entrevistado secretário executivo do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou seja, a comunicação se deu a partir da comunicação popular de interesses de uma região, da Amazônia legal, não presentes fisicamente, mas unidos pelo que Castells chama de novas redes de indignação. Enquanto sua segunda entrevistada Gabrielly Santana, articuladora regional da campanha “Amazônia de Pé conta que apesar das dificuldades encontradas, a articulação de um projeto de lei por iniciativa popular que visa destinar as florestas públicas, na Amazônia, para a proteção dos povos indígenas, quilombolas, pequenos produtores extrativistas e unidades de conservação. A jovem conta que

Já passa de 15 mil, a gente alcançou muito além do que a gente tinha esperado, apesar de entender que o projeto de lei é uma maratona, um processo contínuo. Então, todos os dias, a nossa estratégia é alcançá-lo. Mais de 400 ações, descentralizadas pelo Brasil em prol da Amazônia em Pé. E de instituições parceiras que estão promovendo atividades, fazer parte desse processo. (Santana, 2022)

Podemos observar que as novas estratégias de comunicação, nos remetem aos conceitos de comunidades mencionados antes, para além do espaço físico dividido, mas o senso de objetivo e compartilhamento de ideias.

Ainda sobre a questão da articulação, trabalhamos com a análise do podcast “Copiô, parente” que de forma geral nos conta a histórias de duas líderes indígenas que recentemente foram eleitas para compor o que foi intitulado de Bancada do Cocar, que seria uma grande movimentação indígena destinada a construir uma base aliada forte no Congresso. Em primeiro lugar, podemos analisar uma das falas de sobre como se deu essa organização até que se pudessem dar os primeiros passos nessa direção

que agora somos unidos, que agora conhecemos indígenas do Norte, do Leste, do Oeste, né, da região Centro-Oeste, então a gente consegue agora conversar com essas lideranças. E no passado a gente não tinha essa oportunidade. (Wapichana, 2022)

A fala é de Joenia Wapichana, única representante indígena no Congresso. Sua fala nos conta o quanto a comunicação popular e comunitária potencializa o ir de encontro à dominação moldada no dia a dia e se utiliza do que Castells considera, a interação do poder e contrapoder para configuração das regras e normas pelas quais o Estado é configurado. E essa força e busca pelo que é de direito vem do lugar de comunidade e pertencimento, dos saberes compartilhados e da observação para a partir de antigas histórias se possa ressignificar as lutas, e Joenia nos conta que durante algum tempo questionou as mulheres de sua família e observou como os líderes da aldeia se comportavam, ela conta que ouvia sempre que o trabalho que as mulheres desempenhavam era cuidar da roça, da família e da comunidade na ausência dos homens, relembra a história de sua avó, cuja a função era parteira e conta como ela achava que também não poderia alcançar lugares diferentes, apesar de com 13 anos de idade ter feito seu primeiro discurso em frente ao congresso para seus parentes. No entanto, houve um dia em que ela percebeu que todas aquelas atividades desenvolvidas pelas mulheres de sua família e as de outras aldeias fazia parte de suas resistências contra um algo muito maior, seu papel de trazer ao mundo tantos, como sua avó fez era um dos seus maiores atos em favor da vida dos seus parentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensando em nossa pergunta central na criação dessa pesquisa e após realizar a análise dos podcasts, uma das primeiras considerações a serem feitas é em relação a visão de Roseane Steinbrenner (2017) quando em sua pesquisa busca mostrar como as rádios comunitárias potencializam o empoderamento da comunicação da comunidade sobre assuntos de seu interesse, nesse caso, pudemos analisar que as temáticas construídas pelos podcasts selecionados durante o período eleitoral foi direcionada a trazer dados e levantar argumentos em defesa da manutenção e preservação da Amazônia. Pensando em novas formas de praticar suas resistências em seu cotidiano, segundo Luis Felipe Miguel (2018), trazendo a comunicação que informa e forma seus pares e os une em uma só voz que reverbera e busca novos caminhos, e com o aporte de novas tecnologias são criadas novas possibilidades de conexão entre os integrantes e em diferentes locais, nacionais ou internacionais podem estar compartilhando sua indignação, questionando as estruturas de poder e se apropriar dos locais que ocupam.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria; AMORIM, Andrea. Como o isolamento social causado pela pandemia de Covid-19 impactou o consumo de podcasts no Brasil: uma análise de matérias jornalísticas nacionais. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.3, p. 25802-25815, mar 2021.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias. Porto Alegre: Edipucrs. 2001.

BOYD, R.; RICHERSON, P. J. Transmission coupling mechanisms: cultural group selection. **Philosophical Transactions of the Royal Society of London B**, London, n. 365, p. 3787-3795, 2010.

CALABRE, Lia. **Rádio e imaginação**: no tempo da rádio novela. Rádio brasileiro: episódios e personagens. - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003 (Coleção Comunicação, 29).

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio De Janeiro: Zahar, 2017.

COSTA, Luciana Miranda. Um bom negócio: o discurso empresarial no jornal FSP no

contexto de mudanças climáticas. **COMMUNICARE** (SÃO PAULO), v. 16, p. 112-125, 2016.

HERREIRO, T. **Amazônia nas urnas**. [Locução de]: Taís Herreiro. JOTA, setembro de 2022. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4uQow18GtZ4xALj0MeLJn3?si=dMwqfmwjT0CIPYsssJaXfg&nd=1>. Acesso em 1 fev. 2023.

HODGSON, Damian; CICMIL, Svetlana. **Making Projects Critical**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006.

KOSLINSKI, Aline Carla. Teorias da Comunicação Comunitária no Brasil. *In*: Anais Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Curitiba - PR – 26 a 28 maio 2016.

MEDEIROS, Marcelo. Podcasting: Produção Descentralizada de Conteúdo Sonoro. *In*: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PERUZZO, Cicilia Maria. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. *In*: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB, 6 a 9 de setembro de 2006.

PRATA, Nair. Rádio no Brasil – um meio centenário. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894. v. 117 (jan./dez., 2022).

PRESSLER, N. **Comunicação & Meio Ambiente: Agências de Cooperação Internacional e Projetos Socioambientais na Amazônia**. Belém/Manaus: UNAMA/UEA, 2012.

RAYOL, Clarissa da Silva. **O aplicativo alerta clima indígena: digitalização das terras Indígenas à luz da ecologia da comunicação**. Orientadora: Luciana Miranda Costa. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2021.

SILVA, Fábio Carlos; RAVENA, Nirvia. **Formação Institucional da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

STEINBRENNER, Rosane Albino. Mapeamento de Rádios Comunitárias na Amazônia como ferramenta ao Desenvolvimento Sustentável: Rádio nas bordas – **Cartografias da**

radiodifusão comunitária, livre e alternativa. v.24, n. 1, jan-abr 2017.

VANASSI, Gustavo. **Podcasting como processo midiático interativo.** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2007.

WAPICHANA , J. Copiô, parente!. [Locução de]: Cristian Uariu e Ester Cezar. Outubro de 2022. **Podcast.** Disponível em <https://open.spotify.com/episode/5z6ANivDgib8mb8oyqKkq9?si=bzGGWgBPRNehiujB4vwmOA> . Acesso em: 29 jan.2023.

WOLTON, Dominique, **Internet, ¿y después?:** una teoría crítica de los nuevos medios de comunicación. Barcelona: Gedisa, 1999.